RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo deste trabalho será disponibilizado somente a partir de 23/02/2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (Unesp)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (Unicamp)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

LUIZA ELENA JANUÁRIO

A CONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO ENTRE ARGENTINA E BRASIL NA ÁREA NUCLEAR (1985/1991): AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO COMO ELEMENTOS IDENTITÁRIOS

SÃO PAULO
2017

LUIZA ELENA JANUÁRIO

A CONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO ENTRE ARGENTINA E BRASIL NA ÁREA NUCLEAR (1985/1991): AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO COMO ELEMENTOS IDENTITÁRIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais, na área de concentração "Paz, Defesa e Segurança Internacional", na linha de pesquisa "Segurança Regional".
Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares
Coorientadora: Profª. Drª. Marina Gisela Vitelli

SÃO PAULO
2017

Januário, Luiza Elena.
J354 A construção da cooperação entre Argentina e Brasil na área nuclear (1985/1991) : autonomia e desenvolvimento como elementos identitários / Luiza Elena Januário. – São Paulo, 2017.
113 f. ; 30 cm.

Orientador: Samuel Alves Soares.
Co-orientador: Marina Gisela Vitelli.
Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2017.

1. Brasil – Relações exteriores – Argentina. 2. Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares. 3. Controle de armas nucleares – Brasil. 4. Controle de armas nucleares – Argentina. 5. Poder nuclear – Controle internacional. I. Título.

CDD 327.81082

LUIZA ELENA JANUÁRIO

A CONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO ENTRE ARGENTINA E BRASIL NA ÁREA NUCLEAR (1985/1991): AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO COMO ELEMENTOS IDENTITÁRIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais, na área de concentração "Paz, Defesa e Segurança Internacional", na linha de pesquisa "Segurança Regional".
Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares
Coorientadora: Profª. Drª. Marina Gisela Vitelli

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista)

_____

Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre (Universidade Estadual Paulista)

_____

Profª. Drª. Mariana Montez Carpes (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército)

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.

Aos meus pais, Margareth e Beide

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação não é fruto somente do trabalho desenvolvido nos dois anos de mestrado acadêmico, mas sim de um caminho iniciado ainda na Iniciação Científica, no meu segundo ano de Graduação, e que contou com a influência e participação de diversas pessoas. Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Samuel Alves Soares, por estar comigo desde o início dessa trajetória. O apoio, a confiança e o comprometimento por ele demonstrados foram essenciais para o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal e serviram como motivação para a continuação da pesquisa. Não poderia de deixar de agradecer também por todas as conversas e orientações que deram forma a esse texto e, talvez ainda mais importante, levantaram uma série de indagações que ainda precisam ser abordadas.

Agradeço a minha coorientadora, Marina Gisela Vitelli, pela colaboração na minha Banca de Qualificação e por ter aceitado a coorientação da minha dissertação. Agradeço por todas as reuniões que tivemos e por constantemente me forçar a pensar sobre o sentido mais amplo do texto e a forma como trabalhar a perspectiva teórica adotada.

Agradeço também a Mariana Montez Carpes pela leitura atenta de meu trabalho de Qualificação e por todas as sugestões e comentários feitos. Agradeço seu aceite e o de Héctor Luis Saint-Pierre em participar da minha Banca de Defesa.

Agradeço aos amigos do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) pelo companheirismo sempre presente e pelo importante papel que nossas discussões e atividades tiveram para o meu desenvolvimento. Agradeço também aos meus colegas de turma pelo clima sempre amigável e de apoio mútuo que se consolidou ao longo do curso de mestrado.

Agradeço aos professores com quem convivi nesse período por todas as discussões e a solicitude que apresentaram, e por fazer do Programa um ambiente favorável para o contato e troca de conhecimentos. Ademais, agradeço aos funcionários do PPGRI San Tiago Dantas e do IPPRI por toda atenção, prestatividade e simpatia demonstradas.

Agradeço também à CAPES pelo apoio financeiro para a pesquisa na forma de bolsa de mestrado.

Por fim, mas de nenhuma forma menos importante, agradeço à minha família e, em particular, aos meu pais. Não saberia descrever minha gratidão por tudo que sempre fizeram por mim, mas me contento em registrar aqui o meu muito obrigada pelo apoio, pela atenção e pelo carinho incondicionais.

RESUMO

As relações entre Argentina e Brasil na área nuclear, como o relacionamento bilateral de forma geral, são marcadas por divergências e convergências. Porém, o campo é também singular, uma vez que em um período relativamente curto foram favorecidas medidas de construção de confiança mútua em um tema sensível, sendo que uma tônica forte de cooperação resultou e ficou expressa com a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, uma iniciativa sui generis em termos de salvaguardas nucleares. A presente pesquisa visa analisar o papel que elementos identitários tiveram na construção de bases para a cooperação nuclear entre Argentina e Brasil entre 1985 e 1991. Para a realização da pesquisa, é apresentada uma revisão da literatura especializada para esclarecer o histórico da questão e trabalhar as principais explicações desse processo. Para o desenho desse quadro, são utilizadas fontes primárias e as explicações são tensionadas. Por fim, discute-se o papel que aspectos identitários desempenharam na constituição dos programas nucleares de Argentina e Brasil e no relacionamento bilateral. Propõe-se nesse sentido a importância das ideias de autonomia e desenvolvimento. Coloca-se assim a reflexão sobre elementos que possam promover a compreensão de uma dinâmica cooperativa.

.

Palavras-chave: Argentina. Brasil. Cooperação. Nuclear. Desenvolvimento. Autonomia. Identidade.

ABSTRACT

The relationship between Argentina and Brazil in the nuclear field, as well as the general bilateral relationship, is characterized by divergences and convergences. However, the area is also singular. In a relatively short period, the building of mutual confidence in a sensible theme was favored. Thus, a strong cooperation logic was generated and it was expressed with the creation of the Brazilian-Argentine Agency for Accounting and Control of Nuclear Materials (ABACC), an original initiative for nuclear safeguards. The present research aims to analyze the role that identitary factors played in the building of the bases for the nuclear cooperation between Argentina and Brazil in the time frame given by the years of 1985 and 1991. For the realization of the proposal, a review of the specialized bibliography is presented in order to clarify the history of the issue and the explanations for the cooperation process. Primary sources are used and the argumentations are problematized. Finally, the role that identitaty factors played in the formation of Argentina's and Brazil's nuclear programs and in the bilateral relations between the two States is discussed. The importance of the ideas of autonomy and development in this sense is proposed. The reflection about aspects that may promote the comprehension of a cooperative dynamic is therefore presented.

Keywords: Argentina. Brazil. Cooperation. Nuclear. Development. Autonomy. Identity.

RESUMEN

Las relaciones entre Argentina y Brasil en el área nuclear, bien como el relacionamiento bilateral de modo general, son marcadas por divergencias y convergencias. No obstante, el campo es también singular, una vez en que en un período relativamente corto fueron establecidas medidas para la construcción de la confianza mutua en un tema sensible, y una fuerte tónica de cooperación fue creada e manifestada en la creación de la Agencia Brasileño-Argentina de Contabilidad y Control de Materiales Nucleares (ABACC), una iniciativa original en el ámbito de las salvaguardias nucleares. La presente investigación visa analizar el papel que elementos identitarios jugaron en la construcción de las bases para la cooperación nuclear entre Argentina y Brasil en el período de 1985 a 1991. Para la realización de la propuesta, una revisión de la bibliografía especializada es presentada para aclarar el histórico de la cuestión y trabajar las principales explicaciones de este proceso. Para la elaboración de este cuadro, fuentes primarias son utilizadas y las explicaciones son tensionadas. Por fin, se discute el papel que los aspectos identitarios jugaron en la constitución de los programas nucleares de Argentina y Brasil y en el relacionamiento bilateral. Se propone en este sentido la importancia de las ideas de autonomía y desarrollo. Se presenta de este modo la reflexión acerca de elementos capaces de promover la comprensión de una dinámica cooperativa.

Palabras clave: Argentina. Brasil. Cooperación. Nuclear. Desarrollo. Autonomía. Identidad.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABACC	Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CNEA	Comisión Nacional de Energía Atómica
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSN	Conselho de Segurança Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
Opanal	Organismo para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
ZLAN	Zona Livre de Armas Nucleares

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 10

2 PANORAMA DAS INICIATIVAS E DO RELACIONAMENTO ENTRE ARGENTINA E BRASIL NA ÁREA NUCLEAR..... 16

2.1 Iniciativas e programas nucleares de Argentina e Brasil..... 17

2.2 A preponderância de uma lógica competitiva entre Argentina e Brasil na área nuclear (1950/1984)..... 28

2.3 A construção da cooperação entre Argentina e Brasil na área nuclear (1985/1991)..... 36

3 EXPLORANDO EXPLICAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO NA ÁREA NUCLEAR ENTRE ARGENTINA E BRASIL... 53

3.1 Redemocratização..... 54

3.2 Pressões Externas..... 63

3.3 Entendimentos bilaterais..... 69

4 OS FUNDAMENTOS IDENTITÁRIOS DA CONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO NUCLEAR ENTRE ARGENTINA E BRASIL..... 75

4.2 Identidade como liame da cooperação..... 76

4.2 A questão da identidade nas relações Argentina-Brasil..... 81

4.3 Autonomia e desenvolvimento: díade identitária..... 87

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 97

REFERÊNCIAS..... 104

1 INTRODUÇÃO

A área nuclear constitui um campo particular das relações entre Argentina e Brasil. A atenção dos governos dos dois países sul-americanos foi despertada para o tema logo após as explosões atômicas promovidas pelos Estados Unidos nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki em 1945, sendo que os esforços para obtenção e desenvolvimento de tecnologia sensível começaram na década de 1950, embora já existissem debates anteriores sobre o tema nos dois países, especialmente no âmbito da física teórica. Contudo, esse processo não foi isento de dificuldades. Pelo contrário, complicações foram marcantes e estão relacionadas a elementos que abrangem desde o contexto internacional até questões políticas internas e reveses econômicos.

De qualquer modo, a questão foi um tópico inicialmente delicado para o relacionamento bilateral, pois havia o quadro de competição histórica entre as duas unidades decisórias por influência e preponderância na região geográfica em que estão situadas. Tal situação era agravada pelas próprias possibilidades e também pelos receios levantados pelo tipo de tecnologia em pauta, havendo pouca transparência da condução das atividades nucleares. Porém, em 1980 foi dado um primeiro passo de relevo para a aproximação de Argentina e Brasil na temática com a divulgação de uma declaração conjunta, sendo que em 1985 foi iniciado um processo de significativa cooperação e construção de confiança mútua e na década de 1990 foi atingido um novo patamar com a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), uma iniciativa sui generis de salvaguardas bilaterais.

Pode-se notar que as tônicas de rivalidade e cooperação, características das relações bilaterais entre Argentina e Brasil de forma geral, são refletidas de alguma forma no campo nuclear. Contudo, a preponderância de uma dessas lógicas não implica na total ausência da outra, significando tampouco um caminho em sentido único e sem possibilidade de regressão. Ademais, faz-se necessário registrar a especificidade da temática atômica, pois, ao mesmo tempo em que são reproduzidas lógicas gerais, há a questão de como dois rivais históricos criaram, em um período de tempo relativamente curto, mecanismos de construção de confiança e uma iniciativa de salvaguardas única no mundo em uma área com possibilidade dual do uso

da tecnologia, que é considerada símbolo do desenvolvimento científico e que constituiu uma parte importante, de modo geral, na política dos dois Estados na segunda metade do século XX.

Assim, o desenvolvimento de iniciativas e programas nesse campo constituiu um aspecto importante tanto no plano interno quanto no tocante ao relacionamento e a percepção do contexto internacional. O desenvolvimento das atividades nucleares na Argentina e no Brasil está ligado a uma concepção que, de forma geral, vai além da vinculação entre esse tipo de tecnologia e uma forma de suprir necessidades energéticas, ainda que esse aspecto não deva ser desconsiderado e tenha servido de justificativa para os programas nucleares em pauta. O que se pretende afirmar aqui é que a jornada pelo domínio da tecnologia nuclear é perpassada pela associação dessa com o desenvolvimento nacional, tema tradicionalmente caro a países periféricos. Assim, a busca pelo conhecimento científico-tecnológico aparece em um quadro mais amplo.

Aponta-se que no início da segunda metade do século XX, um tema de proeminência na América Latina foi a discussão sobre o subdesenvolvimento, tendo destaque o pensamento desenvolvido no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina, a CEPAL. Três grandes linhas guiavam o trabalho do grupo: a análise histórico-estruturalista que caracterizava o relacionamento desigual entre países centrais e periféricos, a análise de condicionantes internos que dificultavam a inserção internacional, e a análise do Estado como agente do desenvolvimento[1]. Difundiu-se na região a concepção de que era necessária a ação estatal para promover o crescimento econômico e a industrialização, processo este fundamental para reduzir a distância existente entre o centro e a periferia. De acordo com Cervo[2], no âmbito da política externa nasceu nesse período o paradigma do Estado desenvolvimentista, um Estado empresário que reforça o caráter nacional e autônomo da política exterior. Não houve um consenso político sobre a forma mais adequada para se promover o desenvolvimento nos países latino americanos, mas estava colocado um debate sobre a questão da autonomia em sentido amplo[3].

---

[1] LEME, Álvaro Augusto Stumpf Paes. *A Declaração de Iguaçu (1985)*: a nova cooperação argentino-brasileira. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade do Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

[2] CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2002.

[3] Cervo aponta que já nos anos 1930-40 começou uma transformação de paradigmas no sentido de abandono da diplomacia de exportação até então vigente na América Latina. O novo modelo de inserção internacional que se desenhava era baseado em: introdução da diplomacia econômica; promoção da indústria; movimento em direção à autonomia decisória para promover ganhos recíprocos nas relações internacionais; implementação de projetos de desenvolvimento visando a superação da desigualdade entre os países; e implementação do

No plano de fundo desse quadro encontram-se então questionamentos sobre como uma maior cooperação pode ser constituída a partir de uma situação de suspeitas, desconfianças e, especialmente, concorrência. De qualquer forma, pode-se apontar que uma análise ampla de construção da cooperação nuclear entre Argentina e Brasil clama atenção tanto para os arranjos institucionais e uma visão global das circunstâncias envolvidas quanto para aspectos intersubjetivos.

Considerando os pontos citados, a presente proposta de pesquisa baseia-se na seguinte pergunta: qual o papel que elementos identitários desempenharam na constituição de bases para a cooperação nuclear entre Argentina e Brasil? O objetivo da pesquisa é analisar o papel que elementos identitários tiveram na construção de bases para a cooperação nuclear entre Argentina e Brasil entre 1985 e 1991. Como objetivos secundários, propõe-se compreender os principais pontos do desenvolvimento nuclear de Argentina e Brasil e do relacionamento entre os Estados na área nuclear em perspectiva histórica; analisar e tensionar as principais explicações que a bibliografia especializada apresenta para a cooperação bilateral no setor nuclear entre os governos dos dois países sul-americanos; e, por fim, avaliar o significado de abordar questões identitárias.

Introduz-se assim a questão de elementos ideacionais para análise da cooperação nuclear. Identidade é aqui entendida como uma propriedade dos atores, constituída tanto por estruturas internas quanto externas, que gera disposições motivacionais e de comportamento, conforme trabalhado por Wendt[4]. Refere-se então a como Argentina e Brasil concebem a si mesmos e a relação bilateral, possuindo também caráter relacional. Tal concepção encontra-se no seio de perspectivas construtivistas tradicionais. Assim, apresenta-se uma visão que concede destaque à relação entre agente e estrutura, considerando as relações sociais como construções históricas que podem sofrer transformações, ainda que esse processo não seja simples. Não se trata aqui de negar a importância de elementos materiais ou de defender um descolamento entre o mundo material e o ideacional, mas sim de trazer aspectos diversificados para se buscar compreender uma questão complexa, relacionada a temas de Defesa e Segurança Internacional e a desígnios de desenvolvimento nacional.

Apesar de a presente pesquisa se basear em indagações referentes a questões identitárias, ressalta-se que existem outros aspectos com faces ideacionais potencialmente frutíferos para a

---

nacionalismo econômico (CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 2, 2003, p. 12).

[4] WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics.* New York: Cambridge University Press, 2000.

reflexão. Identidades são construções vinculadas a outros elementos, como normas e instituições em sentido amplo. As primeiras podem ser entendidas como um conjunto de entendimentos intersubjetivos e expectativas compartilhadas que balizam o que se considera apropriado em um determinado contexto[5], enquanto as segundas se referem a conjuntos de regras que visam criar e promover expectativas compartilhadas. As dinâmicas de identidades, normas e instituições encontram-se relacionadas, cada uma influenciando e sendo influenciada pelas outras. Dessa forma, registra-se que um triângulo analítico constituído por esses três aspectos pode representar uma apropriada ferramenta futura para o entendimento de questões ideacionais.

De qualquer forma, a presente proposta justifica-se justamente por trazer para o centro do debate questões ideacionais, que não são ainda amplamente explorados pela bibliografia especializada para o caso estudado. Apesar de pesquisas sobre não-proliferação nuclear utilizaram amplamente elementos dessa natureza, o esforço para se analisar a cooperação entre Argentina e Brasil nesses termos ainda é restrito. Pretende-se com essa pesquisa então contribuir para o entendimento do tema com o foco em questões identitárias. Não se propõe aqui encontrar causas diretas que levaram ao estabelecimento do processo cooperativo, mas sim refletir sobre os fundamentos que tornaram possível a ocorrência da aproximação. Abre-se espaço assim para novas interpretações e problematizações sobre o tema.

Ademais, a questão é particularmente significativa para o campo da Segurança Internacional. Isso porque, ainda que o contato inicial no setor nuclear tenha caráter fortemente técnico, foi nos marcos da Segurança Internacional que se concretizaram ações fortemente expressivas, que se referem em grande medida à questão da não-proliferação nuclear. Desse modo, as relações frente os dois países perpassam pontos como renúncia à realização de explosões nucleares pacíficas e comprometimento com o regime internacional sobre o tema, sendo que um grande destaque das negociações, a criação da ABACC, trata-se justamente de uma iniciativa de salvaguardas. Embora se refira a um caso específico, a proposta se encaixa em questionamentos mais amplos sobre criação da cooperação a partir de uma situação de desconfianças; sobre a cooperação na área nuclear, em Defesa e Segurança Internacional e enquanto cooperação de forma geral.

---

[5] BJÖRKDAHL, Annika. Norms in International Relations: Some Conceptual and Methodological Reflections. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 15, n.1, 2002.

Contudo, não se deve ignorar que se trata de uma situação de países em desenvolvimento que passaram por conturbadas situações políticas, econômicas e sociais no período abordado. A presente pesquisa traz essas perspectivas ao indagar sobre o entendimento da importância da tecnologia nuclear nos dois países. De qualquer forma, o movimento cooperativo que foi se consolidando não se traduz a algo que tenha um sentido único e que não possa ser rompido. De fato, desconfianças não deixam de existir sumariamente com a instalação de padrões de cooperação, e estes são passíveis de serem interrompidos. Tal situação faz com que seja ainda mais importante o estudo de como se processou a construção da lógica cooperativa.

Para a realização da pesquisa, foi realizada uma visita ao Arquivo Histórico do Itamaraty no ano de 2016. Foram obtidos documentos desclassificados em 2004 de natureza originalmente confidencial. Destacam-se quatro documentos que se referem às orientações preliminares e negociações para o encontro presidencial de Foz do Iguaçu de 1985 e uma série de dez documentos sobre o acompanhamento da crise da CNEA na segunda parte dos anos 1980. Observa-se que a proposta é trabalhar com fontes primárias apenas para o período compreendido entre 1985 e 1991, foco do trabalho. Assim, foram utilizadas somente fontes secundárias para traçar as discussões que abrangem desde a criação dos programas nucleares até 1984, com exceção do Acordo de cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Argentina para o desenvolvimento e a aplicação dos usos exclusivamente pacíficos da energia nuclear de 1980, pois o documento marca o início da aproximação no campo. Ademais, por limitações de tempo e financiamento associados ao mestrado acadêmico, não foram realizadas visitas a arquivos na Argentina, sendo que a busca de fontes no país vizinho é prevista para uma fase seguinte da pesquisa.

Além das comunicações diplomáticas obtidas no Arquivo Histórico do Itamaraty e do Acordo já citado, foram utilizadas as seguintes fontes primárias que estão disponíveis online: Acordo entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de materiais nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para a aplicação de salvaguardas de 1991, Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para uso exclusivamente pacífico da energia nuclear de 1991, Declaração Conjunta sobre Política Nuclear de 1986, Declaração Conjunta sobre Política Nuclear de 1985, Declaração Conjunta sobre Política Nuclear de 1987, Declaração de Ezeiza de 1988, Declaração de Foz do Iguaçu de 1985, Declaração de Iperó de 1988, Declaração de Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina de 1990 e Protocolo Nº 17 – Cooperação Nuclear de 1986.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, apresenta-se o panorama das iniciativas e do relacionamento de Argentina e Brasil na área nuclear. Tais questões são retomadas desde o início das atividades atômicas dos dois países, uma vez que se considera que a compreensão do histórico do tema é essencial para o desenvolvimento da proposta. Nesse capítulo são utilizadas fontes primárias. Porém, tal tipo de material só foi utilizado para o período compreendido entre 1980 e 1991, devido ao foco do trabalho. Por sua vez, no segundo capítulo são trabalhados elementos reconhecidos pela bibliografia especializada pera explicar a cooperação nuclear no caso estudado. Os aspectos apresentados e discutidos são: democracia, pressões externas e entendimentos bilaterais. Contudo, não se pretende aqui identificar um mecanismo causal ou apontar uma explicação exclusiva. Pelo contrário, salienta-se que estes aspectos estão relacionados entre si e a divisão ocorreu para fins predominantemente analíticos. Por sua vez, no terceiro capítulo é desenvolvido o caráter identitário da proposta, baseado nas discussões anteriores. Introduz-se uma discussão sobre o conceito de identidade desde uma perspectiva construtivista. A seguir, discorre-se sobre a questão da identidade para Argentina e Brasil e para o relacionamento bilateral entre os dois Estados. Por fim, é argumentado como autonomia e desenvolvimento representam aspectos identitários para Argentina e Brasil em matéria atômica e como esses elementos serviram como um fator de identificação que se encontram nas bases para a aproximação bilateral. As Considerações Finais encerram o texto com indicações de questões que ainda devem ser alvo de reflexão para o melhor entendimento do tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da tecnologia nuclear representa um aspecto particular das relações entre Argentina e Brasil, sendo um campo sensível que foi perpassado pelas lógicas históricas do relacionamento bilateral, mas que também apresentou um desenrolar próprio no período aqui trabalhado, ainda que essa dinâmica não fosse isolada de questões conjunturais.

Assim, aponta-se a existência tanto de divergências quanto de convergências no relacionamento e nas políticas nucleares de forma geral. As primeiras estão relacionadas à construção histórica das relações e a aspectos geopolíticos regionais. A área nuclear não está isolada das dinâmicas bilaterais de forma geral, assumindo aspectos de concorrência e desconfiança. Porém, não se configura uma situação em que o relacionamento no campo seja pautado exclusivamente por cálculos geopolíticos clássicos. No período inicial das atividades nucleares nos dois países, tais cálculos tiveram uma importância mais acentuada, mas foram diluídos com o passar do tempo e pela influência de outros fatores. No plano das diferenças, há ainda a realização de escolhas tecnológicas distintas em aspectos relevantes da tecnologia sensível.

No que se refere às convergências, estas são identificadas na caracterização da tecnologia nuclear como um setor importante e relacionado às possibilidades de desenvolvimento e melhora de condições dos países. Além disso, há a oposição dos dois Estados ao regime de não-proliferação nuclear fundado no TNP baseada no entendimento que se tratava de um mecanismo discriminatório que impunha uma ordem injusta e representava, constituindo potencialmente então um obstáculo aos objetivos de desenvolvimento nacional. A percepção da necessidade de se resistir a pressões externas durante um considerável período constitui uma convergência.

Uma análise do processo indica que não há simplesmente uma passagem de uma dinâmica competitiva para uma cooperativa, mas foi constituído um processo nesse sentido. Vários fatores influenciaram nessa dinâmica e não se pode apontar uma causa única para a aproximação entre Argentina e Brasil, sendo que os elementos estão relacionados entre si. De qualquer modo, de uma situação de desconfianças e concorrência foi sendo criado um quadro cooperativo. Um primeiro ponto a ser considerado é a questão dos entendimentos bilaterais entre Argentina e Brasil. Há o aspecto mais geral do relacionamento, como a tentativa de

construção de uma lógica cooperativa em diversos campos a partir de meados dos anos 1980. Fundamental para a concepção de que tal aproximação seria possível foi a o Acordo Tripartite de Itaipu e Corpus de 1979. Incluindo o Paraguai, o tratado colocou fim a uma disputa, com raízes em concepções clássicas de geopolítica, sobre a utilização dos recursos do Rio Paraná que configurava um obstáculo para negociações e para o diálogo de modo amplo. Assim, a aproximação em matéria nuclear estava relacionada a outras áreas. Contudo, o elemento dos entendimentos bilaterais também diz respeito a concepções comuns sobre a questão nuclear em si. Nesse sentido, historicamente foi cultivada nos dois países uma visão contrária ao TNP por ser considerado injusto e discriminatório. Além disso, havia a crença no direito dos países em desenvolver de forma independente seus programas nucleares, e nos anos 1980 configurou-se a percepção de que era necessário buscar formas alternativas de contraposição à dificuldade de acesso à tecnologia sensível.

O contexto internacional configura então um segundo elemento a ser considerado para a construção da cooperação. É preciso levar em conta tanto o papel que as pressões realizadas por atores internacionais sobre os programas argentino e brasileiro, tanto no que se refere à posição direta de outros Estados, entre eles os EUA, como de organizações internacionais, como a AIEA. Por outro lado, são também relevantes as transformações nesse cenário internacional. Desse modo, o final da década de 1980 e o começo da de 1990 foram marcados pelo fim da Guerra Fria, com a preponderância do modelo capitalista e afirmação dos EUA como maior potência militar do mundo.

Introduz-se então uma terceira questão, referente a condições internas dos países. A redemocratização, tanto na Argentina quanto no Brasil, é um elemento a ser considerado em meados da década de 1980. Há concepções que enfatizam um papel essencial da transição de regime político na consolidação da cooperação nuclear, enquanto outros destacam que o processo já havia sido iniciado nos governos militares, sendo que a redemocratização poderia ser entendida como uma espécie de catalisador. De qualquer forma, a mudança trouxe novos desafios e a exaltação de valores distintos dos anteriores nos dois países. Além disso, há a questão do entendimento que se encontra em pauta sobre os caminhos para o desenvolvimento. Como países do Sul, tal questão foi historicamente fundamental para Argentina e Brasil e está relacionada tanto a modelos de inserção internacional quanto aos debates sobre autonomia especificamente no campo nuclear. Por fim, deve-se recordar que o período de fim dos anos 1980 e começo dos 1990 é marcado por crises econômicas na América Latina como um todo, trazendo ainda mais peso para a busca de soluções dos governos de Argentina e Brasil para

lidar com o cenário internacional em transformação e a consolidação de uma determinada lógica econômica.

Desse modo, elementos do relacionamento bilateral, nacionais e do contexto internacional mesclam-se em uma complexa trama de aproximação e cooperação na área nuclear, sendo que as diferentes camadas estão interligadas. Assim, embora seja possível realizar certa divisão entre esses elementos para fins analíticos, não existe uma verdadeira separação entre esses quadros. Ressalta-se ainda que esse cenário é perpassado por diversos atores, com interesses muitas vezes distintos e influência em grande medida contingente.

A associação entre tecnologia nuclear, desenvolvimento e uma aspiração de autonomia constituíram elementos que se firmaram no pensamento e no discurso de diferentes atores nos dois países, sendo que as concepções nesse sentido de grupos de cientistas deram bases para essa difusão. O papel dos cientistas, de forma geral, não se deu somente em promover as possibilidades do domínio tecnológico, mas na própria construção da cooperação argentino-brasileira em matéria nuclear. Os profissionais da área tiveram assim destaque na promoção de princípios e orientações que guiaram, em maior ou menor grau, as políticas nucleares de Argentina e Brasil. Tais pontos serviriam justamente para uma identificação entre as situações enfrentadas pelos dois países. Além disso, aponta-se para a importância da atuação dos cientistas na criação da ABACC, uma vez que forneceram a *expertise* necessária para que a iniciativa de salvaguardas fosse viável.

Apesar de existir a afirmação de que pode ser identificada uma comunidade epistêmica no Grupo de Trabalho que foi transformado em Comitê Permanente e esteve por trás da criação da Agência, ainda restam dúvidas de como se deu a atuação dessa comunidade. Isso porque a identificação de um grupo de tal natureza foi baseada na já citada *expertise* de seus membros e na capacidade de influência política, inferida pelo alto perfil político que a questão recebeu. Porém, para entender o papel efetivo da comunidade epistêmica e como essa formou seus entendimentos e direcionou suas ações, são necessárias pesquisas específicas sobre as crenças dessa comunidade e como, de uma situação problemática identificada, foi criada uma solução original que conseguiu ser selecionada politicamente.

Tais indagações na verdade estão relacionadas a uma questão maior que se refere a uma lacuna nos estudos sobre a construção da cooperação nuclear argentino-brasileira: o papel dos atores. Além das comunidades científicas, saliente-se também a importância para o caso dos presidentes dos dois Estados, das corporações militares e dos corpos diplomáticos. Embora o

papel dos chefes do Executivo seja amplamente discutido e existam pesquisas que, em algum grau, abordam outros atores, ainda não se tem claro como as interações entres esses grupos de atores ocorreram. Para a realização de esforços nesse sentido, apresenta-se como um forte obstáculo o fato de que muitos documentos ainda são classificados. Porém, constata-se a necessidade de maior dedicação a esse ponto para que seja possível a compreensão de como uma dinâmica cooperativa pode ganhar força.

A problemática mais profunda desse ponto reside em não tomar processos como forças guiadas em um único sentido que apresentam desenvolvimentos quase que autônomos e inescapáveis. Para entender como lógicas repetidas historicamente podem ser alteradas e caminhos inovadores criados, é necessário desprender maior atenção aos detalhes de como as dinâmicas evoluem, qual o papel que os atores desempenham nesses processos e porque a influência de determinados grupos é maior em alguns momentos e menor em outros. Trata-se então de não negar a criatividade dos agentes e suas capacidades de atuação, em não tomar processos como dados.

Uma questão que desponta nas reflexões sobre o histórico de Argentina e Brasil na área nuclear é a relação entre cooperação e controle recíproco. Muitas vezes parece ser possível assumir que quando há cooperação, não devem existir forma de controle. Porém, na prática as dinâmicas estabelecidas são mais complexas e a construção da confiança mútua não se trata de algo com caráter pontual. A aproximação nuclear de Argentina e Brasil parece indicar que movimentos de cooperação e iniciativas de controle estratégico recíproco podem coexistir e gerar resultados interessantes. Iniciativas de controle podem servir para promover a cooperação devido à confiança produzida, ao mesmo tempo em que a cooperação pode estimular o estabelecimento de mecanismo de controle como forma de resolver atritos pendentes. De qualquer forma, tal questão evidencia a complexidade das relações sociais e da constituição de processos de cooperação. Assim, no caso da ABACC, os Estados cooperaram justamente para construir um mecanismo de controle recíproco.

Outro ponto que aparece no histórico das relações entre Argentina e Brasil na área nuclear é a conexão entre transparência e cooperação. Muitas vezes a primeira é compreendida como um requisito para o estabelecimento da segunda, mas o caso aqui trabalhado parece indicar a possibilidade de uma influência recíproca entre os dois elementos. Os programas nucleares dos dois países eram historicamente caracterizados como opacos. A mudança desse cenário começou a ocorrer a partir de 1985 com as vistas recíprocas de autoridades dos dois

Estados a instalações sensíveis. Porém, esses avanços eram significativos no contexto das relações bilaterais, mas modestos quando se pensa na totalidade dos programas nucleares e nas possibilidades que estes comportavam. O estabelecimento de altos níveis de transparência ocorreu com a criação da ABACC em 1991, considerada fruto expressivo da cooperação nuclear argentino-brasileira. Assim, a construção da confiança mútua e a promoção da transparência não precederam o estabelecimento da cooperação. Esses fatores interagiram conjuntamente na construção dessa dinâmica. Dessa forma, no início do processo de aproximação já se discutiam iniciativas cooperativas conjuntas, ao mesmo tempo que se esboçavam passos tentativos no sentido da transparência. Pode-se argumentar que essa é uma particularidade do caso, uma vez que a cooperação foi centrada no desenvolvimento de salvaguardas bilaterais, que têm justamente a transparência em seu cerne. Contudo, ainda se trata de um desenvolvimento de particular importância para o campo da Segurança Internacional, e levanta indagações de como cooperação e transparência podem se relacionar.

De qualquer forma, a cooperação nuclear chegou a ser considerada um trunfo das relações entre Argentina e Brasil, contrabalanceando dificuldades encontradas em outros campos. Contudo, parece que tal trunfo deve ser entendido por seu valor simbólico, pelo que representou para as relações bilaterais. Isto é, pela confiança e clima de otimismo produzidos ao se encontrarem e construírem entendimentos em uma matéria sensível, relacionada com questões de segurança nacional e projetos de país, portadora de um alto perfil político. Além disso, tal ponto pode estar relacionado também à perspectiva de, em grande parte, superação de suspeitas em um campo que poderia travar o diálogo em outras áreas devido à produção de uma lógica de insegurança, ligada à falta de transparência de objetivos e possibilidades dos programas nucleares. De qualquer modo, talvez os esforços na área nuclear incentivaram o diálogo e a busca de convergências em outros setores ao contribuírem com um ambiente positivo para o relacionamento bilateral, mas não é possível automaticamente concluir que a cooperação nuclear tenha produzido cooperação em outros campos.

No singular mosaico das relações entre Argentina e Brasil, as ideias de autonomia e desenvolvimento têm grande destaque até o final dos anos 1980. Constituindo tanto objetivos quanto valores, os dois elementos estiveram presentes nas deliberações acerca dos programas nucleares dos países, ainda que se possa argumentar que tiveram uma influência com contornos mais claros no caso argentino. Tais questões não se referem somente à área atômica, mas são também constitutivas de identidades de ambos os Estados. A associação entre energia nuclear e desenvolvimento e a busca por autonomia representaram pontos de identificação entre

Argentina e Brasil que serviram para solidificar bases para a construção da cooperação. Ambos os Estados sofreram pressões externas devido a perseguição de autonomia tecnológica, sendo que esta fundamentou a oposição similar ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear e levou a demonstrações de solidariedade frente a constrangimentos. Além disso, como países periféricos, Argentina e Brasil enfrentavam desafios comuns para a produção de tecnologia avançada com vistas ao desenvolvimento nacional.

Autonomia e desenvolvimento forneceram então um eixo comum para a aproximação entre os dois Estados e para a percepção que os países estavam em posições semelhantes e que esforços cooperativos seriam proveitosos. Isso não significa que os dois aspectos guiaram a cooperação nuclear estabelecida ou que constituíssem a finalidade de tal movimento, mas sim que serviram como incentivo para buscar algo além da situação de desconfiança que predominava. Essa não foi simplesmente apagada, mas passou a ser descontruída para gerar um quadro novo. De qualquer modo, destaca-se o caráter ideacional de autonomia e desenvolvimento nesse processo, e mais especificamente, identitário.

Aponta-se que ainda é necessário o desenvolvimento de maiores estudos sobre o papel que elementos ideacionais desempenharam na construção da cooperação nuclear entre Argentina e Brasil. Defendeu-se aqui que autonomia e desenvolvimento constituem aspectos identitários para os dois Estados e que foram relevantes para a constituição de bases para o processo de aproximação ao fornecerem uma possibilidade de identificação. Contudo, a questão da identidade na área nuclear ainda pode ser mais aprofundada, e existem outros aspectos que ainda devem ser analisados. Assim, as dinâmicas de formação e difusão de normas, por exemplo, constituem um tema muito trabalhado nos estudos de não-proliferação nuclear, mas que ainda não é explorado no caso dos países sul-americanos. Relacionadas tanto a identidades quanto a normas, as instituições enquanto construções sociais também podem fornecer chaves explicativas para o tema. Ressalta-se assim a importância de considerar, também, questões ideacionais, sem ignorar que as especificidades envolvidas ao se tratar de países subdesenvolvidos ou negligenciar dimensões materiais que influenciam o agir político.

À indagação mais ampla do que produz a cooperação entre países podem ser alocadas explicações de caráter pragmático e utilitarista, ao gosto das concepções liberais. Constituem propulsores importantes, e seu embasamento finalístico é que os atores são dotados de uma racionalidade impermista. Em outra angulação podem ser apontados os cálculos estratégicos

dos atores, os quais vislumbram condições para afirmar alianças e ampliar sua própria segurança ao evitar conflitos sempre que possível.

São explicações correntes no campo nuclear e possivelmente as mais privilegiadas. Sem descurar a validade de interpretações deste teor, postula-se que os diagnósticos e ações de atores, estatais ou não, estão vinculados ao modo como atribuem significado a estas ações em um quadro intersubjetivo mais amplo, e que contempla a visão do Outro e de si mesmo. Processos identitários não implicam necessariamente em cooperação, bem ao contrário podem produzir hostilidades em graus variados. Entretanto, nesta pesquisa o desiderato foi inventariar situações de cooperação. Entre Argentina e Brasil há um elemento identitário centrado na busca por autonomia e desenvolvimento, que no campo nuclear tem produzido condições para a cooperação. Sem ilusões de irreversibilidade, a identidade configurada por valores e princípios similares é um laço que mantém antigos contendores impulsionados a produzirem condições para o exercício da autonomia e a construção de fundamentos para o seu desenvolvimento. Se forem suficientemente vigorosos, os mecanismos identitários fortalecerão estes objetivos, ainda que forças adversas venham a provocar sua lassidão.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. Constructivism and International Relations. In: CARLSNAES, W.;RISSE, T.; SIMMONS, B. (orgs.) *Handbook of International Relations*. London: Sage, 2002.

_____. State Institutions, Ideology, and Autonomous Technological Development: Computers and Nuclear Energy in Argentina and Brazil. *Latin American Research Review*, v. 23, n. 2, 1988.

_____. The Emergence of Cooperation: National Epistemic Communities and the International Evolution of the Idea of Nuclear Arms Control. *International Organization*, v. 46, n. 1, 1992.

ALBRIGHT, David. Bomb Potential for South America. *Bulletin of Atomic Scientists*, v. 45, n. 4, 1989.

ARBILLA, José María. Arranjos Institucionais e Mudança Conceitual nas Políticas Externas Argentina e Brasileira (1989-1994). *Contexto Internacional*, v. 22, n.2, jul.-dez. 2000.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O 'milagre alemão' e o desenvolvimento do Brasil (1949-2011)*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BARLETTA, Michael. *The military nuclear program in Brazil*. Center for International Security and Arms Control, Stanford University, 1997.

BEAMONT, Paul D; RUBINSKY, Thomas. *An introduction to the issue of nuclear weapons in Latin America and the Caribbean.* ILPI Nuclear Weapons Project, Background Paper n. 2, dez. 2012.

BERTONI, Jorge A. O plano nuclear argentino. *Política e Estratégia*, v. 2, n. 4, 1984.

BJÖRKDAHL, Annika. Norms in International Relations: Some Conceptual and Methodological Reflections. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 15, n.1, 2002.

BOMPADRE, Gerardo Ezequiel. Cooperación nuclear Argentina-Brasil: evolución y perspectivas. *Relaciones Internacionales*, n. 18, 2000.

BRIGAGÃO, Clóvis; FONROUGE, Marcelo Valle. Argentina y Brasil: modelo regional de confianza mutua. *Estudios Internacionales*, v. 32, n. 125, 1999.

CAMARGO, Guilherme. *O fogo dos deuses*: uma história da energia nuclear. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2005, n. 48, pp. 178-213.

CARASALES, Julio. *El desarme de los desarmados*: Argentina y el Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares. Buenos Aires: Pleamar, 1987.

CARASALES, Julio C. The Argentine-Brazilian Nuclear Rapprochement. *The Nonproliferation Review*, 1995.

_____. The So-Called Proliferator that wasn't: The Story of Argentina's Nuclear Policy. *The Nonproliferation Review*, 1999.

CARPES, Mariana Montez. *A política nuclear brasileira no contexto das relações internacionais contemporâneas:* Domínio tecnológico como estratégia de inserção internacional. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – PUC Rio, Rio de Janeiro, 2006.

CASTRO, J. A. de Araújo. O congelamento do poder mundial. *Revista de informação legislativa*, v. 8, n. 31, jul.-set. 1971. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/180480>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CASTRO, Ricardo Medeiros de. *Reinterpretando a cooperação nuclear entre Brasil e Argentina*: as diversas nuances e perspectivas deste relacionamento no contexto mundial. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Ufrgs, Porto Alegre, 2006.

CERON, Sergio. A política nuclear no âmbito da estratégia global da Argentina. *Política e Estratégia*, v. 2, n. 4, 1984.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 2, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2002.

CHAVES, Rodrigo Morais. O *Programa Nuclear e a Construção da Democraci*a: Análise da Oposição ao Programa Nuclear Brasileiro (1975-1990). Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getulio Vargas – CPDOC, Rio de Janeiro, 2014.

ESCUDÉ, Carlos; CISNEIROS, Andrés (Org.). La posición argentina frente al tratado de Tlatelolco (febrero de 1967) y al tratado de No Proliferación Nuclear (junio de 1968). IN: *Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina*, Capítulo 66, Tomo XIV, Las Relaciones Políticas, 1966- 1989, 2000.

FARRELL, Theo. Constructivism Security Studies: portrait of a research program. IN: *The International Studies Review***,** vol. 4, n. 1, 2002, pp. 217-231.

FINNEMORE, Martha. SIKKINK, Kathryn. International Norm Dynamics and Political Change. *International Organization*, n. 52, 1998. p. 887-917.

FISCHER, David. *History of the International Atomic Energy Agency*: the first forth years. Viena: AIEA, 1997.

FLORINI, Ann. The Evolution of International Norms. *International Studies Quarterly*, v. 40, n. 3, 1996.

FREIRE JR, Olival et. al. Nuclear Weapons in Regional Contexts: The cases of Argentina and Brazil. *Contemporánea* – Historia y problemas del siglo XX, v. 6, 2015.

GALL, Norman. Atoms for Brazil, Danger for All. *Foreign Policy*, n. 23, 1976.

GRAHAM JR, Thomas. *Nuclear Maturity in Argentina and Brazil*. SAIC Argentina and Brazil Rollback Workshop. McLean, 22 out. 1998.

GUIMARÃES, Márcio Azevedo. *As alterações da Política Externa Brasileira nos anos noventa.* Um estudo de caso: a adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

HIRST, Monica; BOCCO, Héctor Eduardo. Cooperação nuclear e integração Brasil-Argentina. *Contexto nuclear*, v. 4, n. 9, 1989.

HIRST, Monica; PINHEIRO, Letícia. A política externa do Brasil em dois tempos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 38, n.1, 1995.

HOFFERBERTH, Matthias; WEBER, Christian. Lost in translation: a methodological critique of norm research. *Journal of International Relations and Development*, v. 18, n.1, 2015.

HURRELL, Andrew. Security in Latin America. *International Affairs*, v. 74, n. 3, jul. 1998.

HURTADO, Diego. Cultura tecnológico-política sectorial en el contexto semiperiférico: el desarrollo nuclear en la Argentina (1945-1994). *Revista CTS*, v. 7, n. 21, ago. 2012.

_____. De "átomos para la paz" a los reactores de potencia: tecnología y política nuclear en la Argentina (1955-1976). *Revista CTS*, v. 2, n. 4, jan. 2005.

_____. Periferia y fronteras tecnológicas: Energía nuclear y dictadura militar en la Argentina (1976-1983). *Revista CTS*, v. 5, n. 13, nov. 2009.

HYMANS, J. E. C. Of Gauchos and Gringos: Why Argentina never wanted the Bomb, and Why the United States Thought it did. *Security Studies*, v. 10, n. 3, 2001.

KOWERT, Paul; LEGRO, Jeffrey. Norms, Identity, and Their Limits: A Theoretical Reprise. IN: KATZENSTEIN, Peter J. (org.). *The Culture of National Security:* Norms and Identity in World Politics. Nova York: Columbia University Press, 1996.

KROOK, Mona Lena; TRUE, Jacqui. Rethinking the life cycles of international norms: The United Nations and the global promotion of gender equality. *European Journal of International Relations*, 2012.

KUPCHAN, Charles A. Rapprochement: Supporting Cases. IN: *How enemies become friends*: the source of stable peace. Nova Jersey: Princeton University Press, 2010.

KURAMOTO, Renato Yoichi Ribeiro; APPOLONI, Carlos Roberto. Uma breve história da política nuclear brasileira. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, v. 19, n. 3, 2002.

KUTCHESFAHANI, Sara Z. *The politics of the bomb*: Exploring the role of epistemic communities in nuclear non-proliferation outcomes. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UCL, Londres, 2010.

LEME, Álvaro Augusto Stumpf Paes. *A Declaração de Iguaçu (1985)*: a nova cooperação argentino-brasileira. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade do Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MALLEA, Rodrigo. *La cuestión nuclear en la relación argentino-brasileña (1968-1984).* Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MALLEA, Rodrigo; SPEKTOR, Matias; WHEELER, Nicolas J. (edt.). *Origens da cooperação nuclear*: uma história oral crítica entre Brasil e Argentina. Woodrow Wilson Center for Scholars; FGV, 2015.

MANSFIELD, Edward D; SNYDER, Jack. Democratization and the Danger of War. *International Security*, v. 20, n.1, 1995.

MARKWALDEN, Ricardo. A política externa argentina: de Alfonsín a Menem. *RBCE*, n. 63, abr. – jun. 2000.

MARZO, Marco. *Regional Arrangements: Nuclear-Weapon Free Zones and ABACC*. Workshop on Voices from the Region: The Gulf as a WMD Free Zone. Dubai, 2004.

MATHIAS, Suzeley Kalil; GUZZI, André Cavaller; GIANNINI, Renata Avelar. Aspectos da integração regional em defesa no Cone Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 51, 2008.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil*: A balança de poder no Cone Sul. São Paulo: Annablume Editora, 1996.

MERKE, Federico. *Identidad y Política Exterior en Argentina y Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2011.

MESQUITA, Rafael. A identidade internacional do Brasil: uma síntese da literatura. *Rev. Carta Internacional*, v. 11, n. 3, 2016.

OELSNER, Andrea. *International Relations in Latin America*: Peace and Security in the Southern Cone. Nova York e Londres: Routledge, 2005.

OLIVEIRA, Antonio A; CANTO, Odilon Marcuzzo do. *ABACC, un ejemplo de integración y transparencia*. IX Latin American IRPA Regional Congress on Radiation Protection and Safety, 2013.

OLIVEIRA, Leonardo Soares de. *A adesão do Brasil ao TNP*: uma análise sobre a trajetória da questão nuclear brasileira nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-92) e Fernando Henrique Cardoso (1995-98). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 41, 1998. p. 5-23.

_____. *Integração nuclear Brasil-Argentina*: uma estratégia compartilhada. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

ORSOLINI, Mario H. O plano nuclear argentino: um modelo de ação estratégica. *Política e Estratégia*, v. 2, n. 4, 1984.

PATTI, Carlo. La scelta nucleare come reazione brasiliana allo schock petrolifero del 1973. Il *Politico*, n. 3, 2013.

_____. O programa nuclear brasileiro entre o passado e o futuro. *Boletim Meridiano 47*, v. 14, n. 140, nov-dez 2013.

_____. The origins of the Brazilian nuclear programme 1951-1955. *Cold War History*, 2014.

PEIXOTO, Orpet J. M. Twenty years of ABACC: Accomplishments, lessons learnt and future perspectives. *ESARDA Bulletin*, n. 47, 2012.

PEREIRA, Leandro da Silva Batista. *Vitória na derrota:* Álvaro Alberto e as origens da política nuclear brasileira. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getulio Vargas – CPDOC, Rio de Janeiro, 2013.

PION-BERLIN, David. Will Soldiers Follow? Economic Integration and Regional Security in the Southern Cone. *Journal of International Studies and World Affairs*, v. 42, n.1, 2000.

PUETTER, Uwe; WIENER, Antje. The Quality of Norms is What Actors make of it: Critical Constructivist Research on Norms. *Journal of International Law and International Relations.* V. 5, n.1, 2009.

RADICELLA, Renato. El Proyecto Perú. *CNEA*, n. 29-30, jan.-jun.2008.

REDIK, John R. *Nuclear Illusions*: Argentina and Brazil. The Henry L. Stimson Center, 1995.

_____. The Tlatelolco Regime and Nonproliferation in Latin America. *International Organization*, v. 35, n. 1, 1981.

RESENDE-SANTOS, João. The Origins of Security Cooperation in the Southern Cone. Latin *American Politics and Society*, v. 44, n.4, 2002.

RUSSELL, Roberto. Argentina y la política exterior del régimen autoritario (1976-1983): una evaluación preliminar. *Estudios Internacionales*, v. 17, n.66, 1984.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. El lugar del Brasil en la política exterior de la Argentina: La visión del otro. *Desarrollo Económico*, v. 42, n. 167, oct. – dec, 2002.

ROSA, Luiz Pinguelli; BARROS, Fernando de Souza; BARREIROS, Suzana Ribeiro. *A política nuclear no Brasil*. São Paulo: Greenpeace, 1991.

SÁBATO, Jorge A. El plan nuclear brasileño y la bomba atómica. *Estudios Internacionales*, v. 11, n. 41, jan-mar 1978.

_____. Energía atómica en Argentina. *Estudios Internacionales*, v. 7, n. 3, out-dez 1968.

SARAIVA, Miriam Gomes. *Encontros e desencontros:* o lugar da Argentina na política externa brasileira. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. (Coleção Relações Internacionais – Série Parcerias Estratégicas do Brasil).

SILVA, Ana Paula da. *A construção da coordenação política e da cooperação estratégica entre Brasil e Argentina na área nuclear (1980-1997).* Dissertação (Mestrado em História) - Unesp, Franca, 2011.

SOARES, Samuel Alves; LIMA, Raphael Camargo. No limbo da dissonância: Argentina e Brasil no campo da Defesa. IN: CARMO, C. A.; WINAND, E. C. A.; BARNABÉ, I. R; PINHEIRO, L. M. (Orgs.) *Relações Internacionais*: Olhares Cruzados. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2013.

SOARES, Samuel Alves; SOPRANO, Germán. Políticas de Defesa de Argentina e Brasil no começo do século XXI: entre a confiança mútua e as culturas estratégicas em dissonância. IN: PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos; VIEIRA, Noemia Ramos; SIMONETTI, Miriam Cláudia Lourenção. (Org.). Relações *Internacionais Contemporâneas*: novos protagonistas e novas conjunturas. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2014.

SOLINGEN, Etel. The Political Economy of Nuclear Restrain. *International Security*, v. 19, n. 2, 1994.

SPECTOR, Leonard S. *Silent Spread*. Foreign Policy, n. 58, 1985.

STIPANICIC, Pedro N. Origem e desenvolvimento da indústria de urânio na Argentina. *Política e Estratégia*, v. 2, n. 4, 1984.

SOKOLSKI, Henry. Next Century Nonproliferation: Victory is still possible. *The Nonproliferation Review*, 1996.

SOTOMAYOR, Arturo C. Civil-Military Affairs and Security Institutions in the Southern Cone: The Sources of Argentine-Brazilian Nuclear Cooperation. *Latin American Politics and Society*, v. 46, n. 4, 2006.

VARGAS, Everton Vieira. Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 40, 1997.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics.* New York: Cambridge University Press, 2000.

WIENER, Antje. Enacting meaning-in-use: qualitative research on norms and international relations. *Review of International Studies*, v. 35, 2009.

WINAND, Érica. *Diplomacia e Defesa na Gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*: História e Conjuntura na Análise das Relações com a Argentina. Tese (Doutorado em História) - Unesp, Franca, 2010.

WROBEL, Paulo S. A diplomacia nuclear brasileira: a não-proliferação nuclear e o Tratado de Tlatelolco. *Contexto Internacional*, v. 15, n.1, jan.-jun. 1993.

_____. From Rivals to Friends: the Role of Public Declarations in Argentina-Brazil Rapprochement. IN: KREPON, M; DREZIN, J. S; Newbill, M. (edt.). *Declaratory Diplomacy*: Rhetorical Initiatives and Confidence Building, relatório n. 27, 1999.

ZEHFUSS, Maja. Constructivism and Identity: A Dangerous Liaison. *European Journal of International Relations*, 2001.

Declarações e Tratados internacionais

AIEA. *Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares*, 1º de julho de 1968. Londres, Moscou e Washington. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2864.htm>. Acesso em: 13 fev. 2016.

ACORDO de cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Argentina para o desenvolvimento e a aplicação dos usos exclusivamente pacíficos da energia nuclear, 17 de maio de 1980. Buenos Aires. Disponível em: <http://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Acordo-de-Coopera%C3%A7%C3%A3o-entre-Brasil-e-Argentina-para-Usos-Pac%C3%ADficos-da-Energia-Nuclear.pdf>. Acesso em: 3 maio 2016.

ACORDO entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de materiais nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para a aplicação de salvaguardas, 13 de dezembro de 1991. Áustria. Disponível em: < http://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2009/10/quadripartite_portugues.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2014.

ACORDO entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para uso exclusivamente pacífico da energia nuclear, 20 de agosto de 1991. Disponível em: <http://www.abacc.org.br/?page_id=43>. Acesso em: 4 jun. 2014.

DECLARAÇÃO Conjunta sobre Política Nuclear, Brasília, 10 de dezembro de 1986. Brasília. Disponível em:<http://www.abacc.org.br/wpcontent/uploads/2015/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-Conjunta-sobre-Pol%C3%ADtica-Nuclear-portugu%C3%AAs-assinada.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

DECLARAÇÃO Conjunta sobre Política Nuclear, Foz do Iguaçu, 30 de novembro de 1985. Foz do Iguaçu. Disponível em:<http://www.abacc.org.br/wpcontent/uploads/2015/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-conjunta-sobre-Pol%C3%ADtica-Nuclear-portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

DECLARAÇÃO Conjunta sobre Política Nuclear, Viedma, 17 de julho de 1987. Viedma. Disponível em: <http://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Viedma-Declara%C3%A7%C3%A3o-conjunta-sobre-Pol%C3%ADtica-Nuclear-portugu%C3%AAs-assinada.pdf >. Acesso em: 30 jun. 2015.

DECLARAÇÃO de Ezeiza, 29 de novembro de 1988. Buenos Aires. Disponível em: <http://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Ezeiza-portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

DECLARAÇÃO de Foz do Iguaçu, 30 de novembro de 1985. Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-do-Igua%C3%A7u-portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2016.

DECLARAÇÃO de Iperó, 8 de abril de 1988. Iperó. Disponível em: <http://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Iper%C3%B3 portugu%C3%AAs.pdf >. Acesso em: 30 jun. 2015.

DECLARAÇÃO de Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina, 28 de novembro de 1990. Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://www.abacc.org.br/wpcontent/uploads/2015/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Pol%C3%ADtica-Nuclear-Comum-Foz-do-Igua%C3%A7u-portugu%C3%AAs-assinada.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

PROTOCOLO Nº 17 – Cooperação Nuclear, 10 de dezembro de 1986. Brasília. Disponível em: <http://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Protocolo-n%C2%BA-17-portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

Páginas online

ABACC. *O SCCC.* Disponível em:< http://www.abacc.org.br/?page_id=48>. Acesso em: 7 mar. 2015.

ABACC. *Quadripartite.* Disponível em: <http://www.abacc.org.br/?page_id=46>. Acesso em: 14 mar. 2015.

CNEA. *História*. Disponível em: <http://www.cnea.gov.ar/historia>. Acesso em: 17 jul. 2015.

Comunicação Diplomática

Legação em Buenos Aires ao MRE, telegrama urgentíssimo, 10 abr. 1987, Arquivo Histórico MRE, Brasília. Confidencial.

Legação em Buenos Aires ao MRE, telegrama urgente, 8 mai. 1987, Arquivo Histórico MRE, Brasília. Confidencial.

Legação em Buenos Aires ao MRE, telegrama urgente, 15 mai. 1987, Arquivo Histórico MRE, Brasília. Confidencial.

Legação em Buenos Aires ao MRE, telegrama urgentíssimo, 16 mai. 1987, Arquivo Histórico MRE, Brasília. Confidencial.

Legação em Buenos Aires ao MRE, telegrama, 23 mai. 1987, Arquivo Histórico MRE, Brasília. Confidencial.

Legação em Buenos Aires ao MRE, telegrama urgentíssimo, 10 abr. 1987, Arquivo Histórico MRE, Brasília. Confidencial.

Legação em Buenos Aires ao MRE, telegrama, 8 out. 1987, Arquivo Histórico MRE, Brasília. Confidencial.

Legação em Buenos Aires ao MRE, telegrama, 20 out. 1987, Arquivo Histórico MRE, Brasília. Confidencial.

Legação em Buenos Aires ao MRE, telegrama urgente, 21 out. 1987, Arquivo Histórico MRE, Brasília. Confidencial.

Legação em Buenos Aires ao MRE, telegrama, 22 dez. 1987, Arquivo Histórico MRE, Brasília. Confidencial.

MRE a, telegrama, 18 ago. 1987, Arquivo Histórico MRE, Brasília. Confidencial.

MRE a José Sarney, informe, novembro de 1985, Arquivo Histórico MRE, Brasília. Confidencial. Desclassificado de acordo com Decreto 5.301 de 9 dez. 2004.

MRE à legação Viena, telegrama urgente (of.072), 27 fev. 1991, Arquivo Histórico MRE, Brasília. Confidencial.

MRE. Subsídios para a reunião sobre temas nucleares com autoridades argentinas, preparatória do encontro presidencial em Foz do Iguaçu, de nov/1985, 8 nov. 1985, Arquivo Histórico MRE, Brasília. Confidencial. Desclassificado de acordo com Decreto 5.301 de 9 dez. 2004.

Olavo Setúbal a José Sarney, informe, 29 de outubro de 1985, n. 198, Arquivo Histórico MRE, Brasília. Confidencial. Desclassificado de acordo com Decreto 5.301 de 9 dez. 2004.